

ABORDAGEM INTEGRADA NO PLANEJAMENTO E PROJETO DO ESPAÇO URBANO PARA PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE DESASTRES NATURAIS E AMBIENTAIS

Gabrielle Malveira Silva Chaves; Emilly França de Oliveira; Msc. Camila Garcia Aguilera (Orientadora)

Universidade Anhembi Morumbi e Universidade São Judas Tadeu

Ciências Sociais Aplicadas: Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO

Devido ao processo de urbanização das cidades brasileiras que induziu a ocupação de áreas que ofereciam risco à população, fenômenos climáticos extremos podem desencadear ocorrências de inundações, deslizamentos de terra e outros eventos naturais destrutivos que podem adquirir proporções que denunciam a necessidade de preparar as comunidades para o enfrentamento desses desastres.

OBJETIVOS

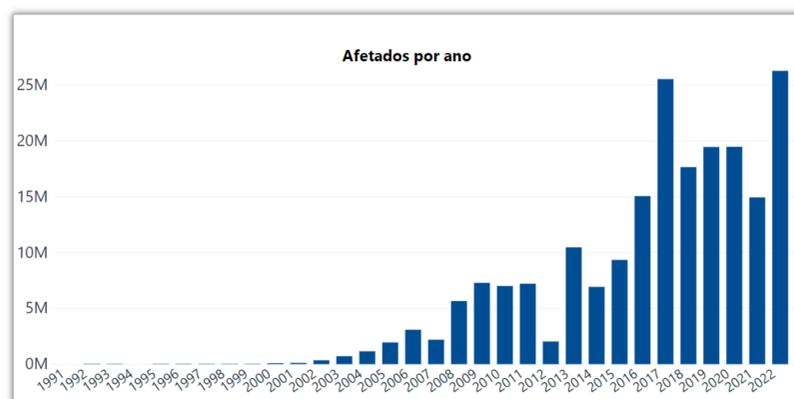
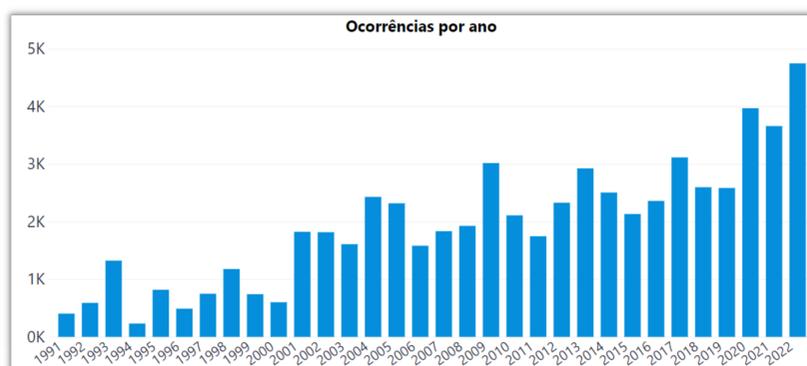
Os objetivos da pesquisa envolvem: Identificar os principais fatores que contribuem para a ocorrência de desastres; analisar as políticas e estratégias adotadas pelos governos, organizações não-governamentais e comunidades para prevenção e mitigação dos desastres; avaliar os impactos na sociedade, economia e meio ambiente; investigar os principais desafios enfrentados na prevenção e recuperação dos desastres; além de propor recomendações e soluções para melhorar a prevenção e recuperação de desastres naturais e ambientais.

METODOLOGIA

A pesquisa explorou estratégias de planejamento urbano que contribuam para a prevenção e recuperação das comunidades atingidas por desastres naturais. Primeiramente, foi realizado o levantamento de dados acerca da ocorrência de desastres naturais no Brasil e no mundo, entendendo-se as tipologias de desastres e quais causam mais impactos negativos. Além disso, analisou-se as particularidades de cada localidade e como as condições pré-existent influenciam na formação de incidentes. Ainda foram estudados planos de gestão de risco utilizados por entidades globais e brasileiras.

RESULTADOS

O estudo sobre o assunto permitiu identificar lacunas que necessitam de enfoque mais aprofundado acerca de gestão de desastres, quando comparado com as ações sugeridas por organizações internacionais. No Brasil, os desastres de origem climatológica e hidrológica são os que afetam mais pessoas de acordo com os registros do Atlas Digital (2022):



Fonte: Atlas Digital (2022)

Através dos gráficos percebe-se que os desastres têm tendência a aumentar, demonstrando a urgência por ações efetivas para minimizar os riscos e enfrentar esse potencial aumento. Logo, a Defesa Civil Nacional adota uma organização de medidas necessárias para responder a desastres, detalhadas a seguir:

AÇÕES DE RECUPERAÇÃO	Iniciam o processo de restabelecimento das condições de vida da comunidade afetada
AÇÕES DE MANEJO	Tem como objetivo o enfrentamento do desastre para reduzir ao máximo suas consequências sobre a saúde.
AÇÕES DE ALERTA	Informação eficaz que permite indivíduos e comunidades expostas aos perigos/ameaças realizar ações para reduzir os danos na iminência de um desastre.
AÇÕES DE RESPOSTA	Executadas após a ocorrência de um desastre, tendo por objetivo salvar vidas, reduzir o sofrimento humano e diminuir as perdas materiais.
AÇÕES DE REABILITAÇÃO	Serviços de saúde e de saneamento que foram atingidos devem reiniciar o seu funcionamento ou reconstrução para continuar prestando assistência às vítimas.
AÇÕES DE RECONSTRUÇÃO	Processo de reparação da infraestrutura física e do funcionamento definitivo dos serviços da comunidade.

Fonte: Categorias de ações de prevenção de desastres (Freitas; Rocha, 2014)

CONCLUSÕES

Conclui-se que o planejamento urbano desempenha um papel central na prevenção e recuperação de desastres. A abordagem integrada é parte essencial do planejamento urbano sustentável e gestão de riscos, pois asseguram a efetiva implementação de soluções, otimizando recursos e capacitando comunidades a enfrentarem os desafios presentes e futuros. O emprego de ações estruturais e não-estruturais, aliado a políticas públicas de ordenamento territorial, é vital para a construção de cidades resilientes e sustentáveis.

BIBLIOGRAFIA

- FILIÚ, F. L. M. V.; VIEIRA, K. G.; POZZOBON, L. L. D. **Os desastres brasileiros e suas relações com as mudanças climáticas**. UNICEF, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/os-desastres-brasileiros-e-suas-relacoes-com-mudancas-climaticas>. Acesso em: 02 de set. de 2023
- TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. do (Orgs). **Desastres Naturais: conhecer para prevenir**. Instituto Geológico de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/233/2017/05/Conhecer_para_Prevenir_3ed_2016.pdf. Acesso em: 28 de abr. 2023
- UNISDR. United Nations Office for Disaster Risk Reduction. **Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015 - 2030**. Suíça, 2015. Disponível em: <https://www.undrr.org/publication/sendai-framework-disaster-risk-reduction-2015-2030>. Acesso em: 14 de set. 2023.
- UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991 a 2012**. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. 2. ed. rev. ampl. – Florianópolis: CEPED UFSC, 2013. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/atlas/>. Acesso em: 14 de set. de 2023.